



**LEI MUNICIPAL Nº 1.447/2020**

**DE 24 DE AGOSTO DE 2020.**

*Certidão*  
Certidão que o presente ato, foi  
publicado no "PLACARD" e o referido  
é a expressão da verdade  
Águas Lindas de Goiás - GO  
24/08/2020

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS APROVA, E EU, PREFEITO  
MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração de lei orçamentária do exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - disposições sobre política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X - definição de critérios para início de novos projetos;
- XI - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII - incentivo à participação popular;
- XIII - as disposições gerais.

**Parágrafo único.** Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I - Metas Fiscais;
- II - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- III - Riscos Fiscais.

## **SEÇÃO I**

### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei, nos termos do disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal.

**§ 1º** - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas na Lei que instituir o Plano Plurianual - PPA-2018-2021, para o respectivo exercício.

**§ 2º** - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas e a satisfação das demandas sociais.

**§ 3º** - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021, será dada maior prioridade:

- I - à seguridade social e educação;
- II - à austeridade na gestão dos recursos públicos; e
- III - aos investimentos em infraestrutura urbana.

**Art. 3º** - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2021 a 2023, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estão identificadas no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** A meta de resultado primário para o ano de 2021 fica destinada a Investimentos, atendimento da Dívida Consolidada, passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

**Art. 4º** - Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações.

## **SEÇÃO II**

### **DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

#### **SUBSEÇÃO I**

##### **DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 5º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.



**Art. 6º** - O orçamento fiscal da seguridade social e o de investimento discriminará a despesa, no mínimo, por elemento, conforme previsto no art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** - O orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente.

**Art. 8º** - O projeto de lei orçamentária que o poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - quadros orçamentários consolidados, prevendo o orçamento destinado às emendas parlamentares individuais obrigatórias, conforme Art. 43-A da Lei Orgânica do Município;

IV - anexos do orçamento fiscal e o da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo único.** É obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares de maneira equitativa, observado o percentual de 1,2% do orçamento.

**Art. 9º** - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas em valores correntes dos exercícios de 2018 a 2020, projetados para o exercício a que se refere.

**Parágrafo único.** O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

**Art. 10** - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo.

**Parágrafo único.** Os órgãos da Administração encaminharão ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, até 60 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e

as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

**Art. 11** - O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, no mínimo noventa dias antes do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

**Art. 12** - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa.

**Art. 13** - A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º - Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 3º - A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Superintendência de Planejamento, Orçamento e Estatística, até 16 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2021 devidamente atualizados, para cumprimento do art. 100, § 5º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 8º desta lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI- valor do precatório a ser pago;
- VII- data do trânsito em julgado; e
- VIII- número da vara ou comarca de origem.

**Art. 14** - Para efeito desta lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;



globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

**Art. 16** - Na lei orçamentária para o exercício de 2021, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

**Art. 17** - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito ou antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DA DEFINIÇÃO DE MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**Art. 18** - A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 19** - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 1º** - Além de observar as definições constantes do caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no exercício financeiro de 2021 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da referida lei complementar.

**§ 2º** - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão adotadas as seguintes medidas previstas nos artigos 22 e 23 da referida lei complementar e §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

### **SEÇÃO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 20** - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2021, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento



das receitas próprias, contemplarão medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária;

V – protesto de títulos da dívida ativa municipal, na forma estabelecida pela Lei Nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, buscando a inibição da inadimplência.

**Art. 21.** A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de eventual alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência, de alterações legais, daqueles já instituídos.



**Art. 22** - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 23** - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

## **SEÇÃO VI**

### **DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS**

**Art. 24** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

**Art. 25** - Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2021 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2021 a 2023, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

**Parágrafo único.** Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesas sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 26** - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

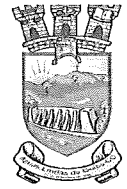
**I** – para elevação das receitas:

- a) implementação das medidas previstas nos arts. 22 e 23 desta Lei;
- b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

**II** – para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra;
- b) Revisão geral dos gastos com pessoal;
- c) Outras medidas de austeridade, exceto as que contrariem aos preceitos Constitucionais e demais preceitos previstos na legislação.





**Art. 27** - As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

III - contrapartida das operações de crédito; e

IV - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto no artigo 30, desta lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

**Art. 28** - As receitas extra-orçamentárias arrecadadas por Autarquias e Fundos Municipais instituídos e transferidas pelo Poder Público Municipal, comporão o total das despesas das Autarquias e Fundos Municipais.

## **SEÇÃO VII**

### **DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

**Art. 29** - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação de cada Gestão:

§ 1º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

§ 5º - Restabelecida a arrecadação, ainda que parcial, a recomposição de dotações objeto de limitação de empenho dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme disposto no art. 9º, § 1º da LRF.



## **SEÇÃO VIII**

### **DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 30** - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

**Art. 31** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a proporcionar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**§ 1º** - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

**§ 2º** - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

## **SEÇÃO IX**

### **DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**

**Art. 32** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2021 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 33** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, deverá ser autorizada mediante lei específica e desde que sejam:

**I** - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, desporto, recreativo, agropecuária, cooperação técnica, associativismo municipal e de proteção ao meio ambiente;

**II** - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

**Art. 34** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.



**Art. 35** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 36** - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 37** - As transferências de recursos às entidades previstas nos art. 34 a 38 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, este último somente nas subvenções e contribuições, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§ 1º** - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

**§ 2º** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo programa de Controle Interno Municipal.

**§ 3º** - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

**§ 4º** - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo os conselhos escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

**Art. 38** - A destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, deverá atender as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

**Parágrafo único.** As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e aos auxílios a pessoas em tratamento de saúde fora do domicílio, desde que o beneficiário se enquadre no perfil de baixa renda e seja comprovada a real necessidade do auxílio pelo profissional de Assistência Social.

## **SEÇÃO X**

### **DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO**

**Art. 39** - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, as metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Para atender ao caput deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Planejamento do Município, até 10 (dez) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, os seguintes demonstrativos

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

## SEÇÃO XI

### DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

**Art. 40** - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2021 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei.

**Art. 41** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

## SEÇÃO XII

### DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

**Art. 42** - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## SEÇÃO XIII

### DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

**Art. 43** - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2021, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

**Parágrafo único.** O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 44** - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2021, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

III - para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar no 101/2000, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de até 3 (três) dias antes da audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

#### **SEÇÃO XIV** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 45** - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5º, desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

**Parágrafo único.** A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

**Art. 46** - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.





**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

**§ 2º** - Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados, pela Lei Orçamentária, abrirem créditos adicionais de natureza suplementar, até o limite de 70% (setenta por cento) da despesa prevista e orçada, bem como adotando elementos de despesa em cada programa, projetos ou atividades, atentando-se para as exclusões do limite que constam no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320.

**Art. 47** - A reabertura dos créditos extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 44 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 48** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2020.

**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

**Art. 49** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 50** - Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundos; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta lei.

**Art. 51** - Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta e Indireta, pelo RPPS e pelos Fundos Municipais integrantes do Orçamento Fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema "SOCF" (Sistema Orçamentário e Contábil Financeiro do Município) no mês em que ocorrer o respectivo ingresso, para fins de consolidação da receita e despesa municipal em atendimento aos art. 1º, 4º, 9º, 50, 51, 52, 53, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101/ 2000.



**Parágrafo único.** Fica os gestores, no âmbito de cada órgão, responsáveis pela inserção dos registros de todos, atos e fatos contábeis relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, no Sistema "SOCF" (Sistema Orçamentário e Contábil Financeiro do Município).

**Art. 52** - Os secretários municipais são responsáveis pelo ordenamento das despesas de suas pastas a fim de que se cumpram as metas estabelecidas nos respectivos programas.

**Art. 53** - Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos no caso de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas consideradas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução de projetos da administração municipal.

**Art. 54** - O montante do orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e, no primeiro mês de cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses.

**Parágrafo único.** Utilizar-se-á para efeito deste artigo, para suprir deficiências de dotações relativas à transferência ao Estado e à União, automaticamente, fonte de recursos estabelecida no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, com a efetividade arrecadada no exercício.

**Art. 55** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (24.08.2020).**

  
**OSMARILDO ALVES DE SOUSA**  
**Prefeito Municipal**





# MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021

ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS

ESPECIFICAÇÃO	DEMONSTRATIVO 1					
	2021			2022		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	(a/PIB)x100	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	(a/PIB)x100
Meta da Receita Total	375.374.248,12	361.806.504,21	0,179%	421.924.672,93	406.674.383,55	0,197%
Meta da Receita Primárias(I)	366.044.652,33	352.814.122,73	0,175%	408.649.117,56	393.078.667,53	0,191%
Meta da Despesa Total	375.374.248,12	361.806.504,21	0,179%	421.924.672,93	406.674.383,55	0,197%
Meta da Despesa Primárias(II)	365.334.578,26	352.129.713,99	0,175%	407.818.036,09	393.077.625,15	0,190%
Resultado Primário (III) = (I-II)	710.074,07	684.408,74	0,000%	831.081,47	801.042,38	0,000%
Resultado Nominal	117.413.324,11	113.169.469,03	0,056%	3.503.113,18	3.376.494,63	0,002%
Dívida Pública Consolidada	157.620.000,00	151.922.891,57	0,075%	167.865.300,00	161.797.879,52	0,078%
Dívida Consolidada Líquida	53.894.048,94	51.946.071,27	0,026%	57.397.162,12	55.322.565,90	0,027%
Receitas Primárias Advidas de PPP(IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Advidas de PPP(V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto de Saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%

OBS: Os valores a preços constantes estão projetados \* Projeção de PIB 3,0% \* Projeção do PIB para o Estado de Goiás (Fonte:SEPLAN)

Os Valores a preços constantes estão deflacionados considerando a inflação projetada pelo Banco Central do Brasil

As Metas de Despesas estão sendo projetadas com exclusão de Reserva de Contingência.

FONTE: DEP. DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Notas: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020

VARIÁVEIS			
	2021	2022	2023
PIB REAL (CRESCIMENTO % ANUAL)	1,50%	2,30%	3,50%
TAXA REAL DE JURO IMPLÍCITO SOBRE A DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO (MÉDIA % ANUAL)	3,75%	3,75%	3,75%
CAMBIO (R\$/US\$ - FINAL DO ANO)	5,00	5,00	5,00
INFLAÇÃO MÉDIA (% ANUAL) PROIETA COM BASE NO ÍNDICE OFICIAL DE INFLAÇÃO	3,75%	3,50%	3,50%
PROIEÇÃO DO PIB DO ESTADO - R\$ MILHARES	209.313.653.851,41	214.127.867.889,99	221.622.343.266,14

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LINHARES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

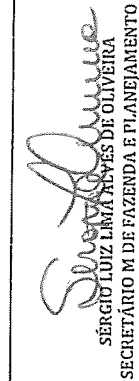
MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021						
ANEXO DE METAS FISCAIS - META ANUAL - META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO						
DEMONSTRATIVO I						
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	270.783.351,41	313.550.653,07	351.804.580,28	353.885.038,31	393.273.542,14	420.802.690,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	48.049.063,69	56.639.177,99	59.474.722,78	55.422.195,06	61.964.414,57	66.301.923,59
RECEITA CONTRIBUIÇÃO	25.127.726,79	25.849.059,99	28.414.166,36	30.455.583,00	33.501.141,30	35.846.221,19
RECEITA PATRIMONIAL	6.862.116,59	19.068.316,34	8.543.616,76	9.097.978,44	10.007.776,28	10.708.320,62
(APLICAÇÕES FINANCEIRAS) (II)	6.862.116,59	19.068.316,34	8.543.616,76	8.862.929,61	9.749.222,57	10.431.668,15
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	213.680,75	235.048,83	258.553,71	276.652,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	189.059.406,16	208.026.552,94	236.588.129,21	253.246.942,14	280.071.636,35	299.676.650,89
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.685.030,18	3.967.545,81	18.783.945,17	5.662.339,67	7.728.573,64	8.269.573,79
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	263.921.234,82	294.482.336,73	343.474.644,27	345.022.108,70	383.524.319,57	410.371.021,94
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	13.863.283,59	7.572.961,16	28.626.554,37	21.489.209,81	28.651.130,79	30.656.709,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)	0,00	0,00	147.562,43	162.318,67	178.550,54	191.049,08
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (VII)	0,00	0,00	276.679,55	304.347,51	3.347.782,26	3.582.127,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.863.283,59	7.572.961,16	28.202.312,39	21.022.543,63	25.124.797,99	26.883.533,85
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	13.863.283,59	7.572.961,16	28.202.312,39	21.022.543,63	25.124.797,99	26.883.533,85
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	277.784.518,41	302.055.297,89	371.676.956,66	366.044.652,33	408.649.117,56	437.254.555,79
DESPESAS CORRENTES (X)	238.151.727,21	245.625.828,00	316.241.398,03	315.565.537,83	351.122.091,62	375.700.638,03
PESSOAL E ENCARGOS	161.875.407,24	149.327.296,91	200.213.291,14	186.234.620,25	208.858.082,28	223.478.148,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	0,00	0,00	1.522.962,25	1.675.258,48	1.842.784,33	1.971.779,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.276.319,97	96.298.531,09	114.505.144,64	127.655.659,10	140.421.225,01	150.250.710,76
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	238.151.727,21	245.625.828,00	314.718.435,78	313.890.279,35	349.279.307,29	373.728.858,80
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	32.946.230,60	57.925.862,80	49.546.370,72	39.001.007,82	47.964.108,59	51.321.596,19
INVESTIMENTOS	25.995.790,00	50.489.633,42	36.942.360,40	30.636.596,44	35.700.256,08	38.199.274,01
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	6.950.440,60	7.436.229,38	12.604.010,32	8.364.411,38	12.263.852,51	13.122.322,19
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	25.995.790,00	50.489.633,42	36.942.360,40	30.636.596,44	35.700.256,08	38.199.274,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	14.643.365,88	20.807.702,47	22.838.472,72	24.437.165,81
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	264.147.517,21	296.115.461,42	366.304.162,06	365.334.578,26	407.818.036,09	436.365.298,62
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	13.637.001,20	5.939.836,47	5.372.794,60	710.074,07	831.081,47	889.257,17

A - OS DADOS E RECEITAS E DESPESAS FORAM EXTRAÍDAS DAS METAS FISCAIS ESTABELECIDAS PARA AS MESMAS, CONFORME DEMONSTRATIVO DO PPA  
B - O CÁLCULO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXTERIDAS PELA STN, RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
FONTE: DEP. DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Nota: RELATÓRIO DO DIA 01 DE ABRIL DE 2020

  
OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

  
SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

  
MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

  
WAIRÉS LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021									
ANEXO DE METAS FISCAIS - META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL									
LRF, art. 4º, §2º, inciso II da LRF									
ESPECIFICAÇÃO	DEMONSTRATIVO 1								
	2018	2019	2020	2021	2022	2023			
	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	103.627.124,32	108.374.782,43	148.000.000,00	157.620.000,00	167.865.300,00	178.776.544,50			
DEDUÇÕES (II)	168.906.600,07	200.458.587,93	211.519.275,17	103.725.951,06	110.468.137,88	117.648.566,84			
ATIVO DISPONÍVEL	180.125.792,90	210.339.332,60	238.572.129,52	124.079.317,94	132.144.473,60	140.733.864,39			
HAVERES FINANCEIROS	13.220.926,93	13.970.655,49	0,00	8.457.923,00	9.007.688,00	9.593.187,71			
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-24.440.119,76	-23.851.400,16	-27.052.854,35	-28.811.289,88	-30.684.023,72	-32.678.485,26			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-65.279.475,75	-92.083.805,50	-63.519.275,17	53.894.048,94	57.397.162,12	61.127.977,66			
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA = (III+IV-V)	-65.279.475,75	-92.083.805,50	-63.519.275,17	53.894.048,94	57.397.162,12	61.127.977,66			
RESULTADO NOMINAL	(B-A*)	(C-B)	(D-C)	(E-D)	(F-E)	(G-F)			
VALOR	-55.838.818,10	-26.804.329,75	28.564.530,33	117.413.324,11	3.503.113,18	3.730.815,54			

Nota: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020

\* = REFERE-SE AO VALOR DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A = O CÁLCULO DA META DE RESULTADO NOMINAL OBTENIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NORRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021						
ANEXO DE METAS FISCAIS - META FISCAL DO MONTANTE DA DÍVIDA						
ESPECIFICAÇÃO	DEMONSTRATIVO 1					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
DÍVIDA MOBILIÁRIA	103.627.124,32	108.374.782,43	148.000.000,00	157.620.000,00	167.865.300,00	178.776.544,50
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	103.627.124,32	108.374.782,43	148.000.000,00	157.620.000,00	167.865.300,00	178.776.544,50
ATIVO DISPONÍVEL	168.906.600,07	200.458.587,93	211.519.275,17	103.725.951,06	110.468.137,88	117.648.566,84
HAVERES FINANCEIROS	180.125.792,90	210.339.332,60	238.572.129,52	124.079.317,94	132.144.473,60	140.733.864,39
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.220.926,93	13.970.655,49	0,00	8.457.923,00	9.007.668,00	9.593.187,71
DCL (III) = (I-II)	-24.440.119,76	-23.851.400,16	-27.052.854,35	-28.811.289,88	-30.684.023,72	-32.678.485,26
	-65.279.475,75	-92.083.805,50	-63.519.275,17	53.894.048,94	57.397.162,12	61.127.977,66

Nota: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020

A = O CÁLCULO DA META DO MONTANTE DA DÍVIDA ORÇADA NA METODOLOGIA ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXIBIDAS PELA SYN, RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRÉS LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS													
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021													
ANEXO DE METAS FISCAIS - COMPARATIVO DAS MISTAS FISCAIS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS TRES EXERCÍCIOS - DEMONSTRATIVO 3													
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2023	%
Receita Total	284.646.635,00	321.123.614,23	12,81%	380.431.134,65	18,47%	375.374.248,12	-1,33%	421.924.672,93	12,40%	451.459.400,04	7,00%	451.459.400,04	7,00%
Receitas Primárias(I)	277.784.518,41	302.055.297,89	8,74%	371.676.956,66	23,05%	366.044.652,33	-1,52%	408.649.117,56	11,64%	437.254.555,79	7,00%	437.254.555,79	7,00%
Despesa Total	271.097.957,81	303.551.690,80	11,97%	365.787.768,75	20,50%	375.374.248,12	2,62%	421.924.672,93	12,40%	451.459.400,04	7,00%	451.459.400,04	7,00%
Despesas Primárias (II)	264.147.517,21	296.115.461,42	12,10%	366.304.162,06	23,70%	365.334.578,26	-0,26%	407.818.036,09	11,63%	436.365.298,62	7,00%	436.365.298,62	7,00%
Resultado Primário (III) = (I-II)	13.637.001,20	5.939.836,47	-56,44%	5.372.794,60	-9,55%	710.074,07	-86,78%	831.081,47	17,04%	889.257,17	7,00%	889.257,17	7,00%
Resultado Nominal	(55.838.818,10)	(26.804.329,75)	-52,00%	28.564.530,33	-206,57%	117.413.324,11	311,05%	3.503.113,18	-97,02%	3.730.815,54	6,50%	3.730.815,54	6,50%
Dívida Pública Consolidada	103.627.124,32	108.374.782,43	4,58%	148.000.000,00	36,56%	157.620.000,00	6,50%	167.865.300,00	6,50%	178.776.544,50	6,50%	178.776.544,50	6,50%
Dívida Consolidada Líquida	(65.279.475,75)	(92.083.805,50)	41,06%	(63.519.275,17)	-31,02%	53.894.048,94	-184,85%	57.397.162,12	6,50%	61.127.977,66	6,50%	61.127.977,66	6,50%
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2023	%
Receita Total	273.972.386,19	307.283.186,46	12,16%	364.262.811,43	18,54%	361.297.713,82	-0,81%	407.157.309,38	12,69%	435.658.321,03	12,69%	435.658.321,03	12,69%
Receitas Primárias(I)	267.367.598,97	289.036.714,55	8,10%	355.880.686,00	23,13%	352.317.977,87	-1,00%	394.346.398,45	11,93%	421.950.646,34	11,93%	421.950.646,34	11,93%
Despesa Total	260.931.784,39	290.468.612,93	11,32%	350.241.788,58	20,58%	361.297.713,82	3,16%	407.157.309,38	12,69%	435.658.321,03	12,69%	435.658.321,03	12,69%
Despesas Primárias (II)	254.241.985,31	283.352.885,03	11,45%	350.736.235,17	23,78%	351.634.531,58	0,26%	393.544.404,83	11,92%	421.092.513,16	11,92%	421.092.513,16	11,92%
Resultado Primário (III) = (I-II)	13.125.613,66	5.683.829,52	-56,70%	5.144.450,83	-9,49%	683.446,29	-86,71%	801.993,62	17,35%	858.133,17	17,35%	858.133,17	17,35%
Resultado Nominal	(53.744.862,42)	(25.649.063,14)	0,00%	27.350.537,79	0,00%	113.010.324,46	0,00%	3.380.504,22	-97,01%	3.600.236,99	-97,01%	3.600.236,99	-97,01%
Dívida Pública Consolidada	99.741.107,16	103.703.829,31	3,97%	141.710.000,00	36,65%	151.709.250,00	7,06%	161.990.014,50	6,78%	172.519.365,44	6,78%	172.519.365,44	6,78%
Dívida Consolidada Líquida	(62.831.495,41)	(88.114.993,48)	40,24%	(60.819.705,98)	-30,98%	51.873.022,10	-185,29%	55.388.261,45	6,78%	58.988.498,44	6,78%	58.988.498,44	6,78%
ESPECIFICAÇÃO	METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2023	2022	2023	2023	2023	2023	2023
Inflação Média	3,75%	4,31%	4,25%	3,75%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
A = O CÁLCULO DE ACMEV OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA													

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

SERGIO RIBEIRO LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

WAILES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

# MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021

ANEXO DE METAS FISCAIS - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LRP, art. 4º, §2º, inciso II da LRF

DEMONSTRATIVO 2

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em		% PIB	Metas Realizadas em		% PIB	VARIAÇÃO	
	2019	(A)		2019	(B)		VALOR (C) = (B-A)	% VALOR (C/A) X 100
Meta da Receita Total	499.482.849,67		0,372%	371.123.614,23		0,239%	-178.359.235,44	-35,71%
Meta da Receita Primárias(I)	494.251.778,78		0,368%	302.055.297,89		0,225%	-192.196.480,89	-38,89%
Meta da Despesa Total	493.443.426,14		0,367%	303.551.690,80		0,226%	-189.891.735,34	-38,48%
Meta da Despesa Primárias(II)	486.640.147,33		0,362%	296.115.461,42		0,220%	-190.524.685,91	-39,15%
Resultado Primário (III) = (I-II)	7.611.631,45		0,006%	5.939.836,47		0,004%	-1.671.794,98	-21,96%
Resultado Nominal	70.000.000,00		0,052%	-26.804.329,75		-0,020%	-96.804.329,75	-138,29%
Dívida Pública Consolidada	400.000.000,00		0,298%	108.374.782,43		0,081%	-291.625.217,57	-72,91%
Dívida Consolidada Líquida	395.000.000,00		0,294%	-92.083.805,50		-0,069%	-487.083.805,50	0,000%

Nota: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020

A = O CÁLCULO DE AGNEA OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021									
ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
DEMONSTRATIVO 4									
LRF, art. 4º, §2º, inciso III da LRF									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2019	%	2018	%	2017	%		
Patrimônio / Capital		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
Resultado Acumulado		399.875.292,62	10,18%	362.934.981,73	253,524%	102.662.053,74	0,00%		
TOTAL		399.875.292,62	10,18%	362.934.981,73	253,524%	102.662.053,74	0,00%		
REGIME PREVIDENCIÁRIO									
Patrimônio / Capital		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
Resultado Acumulado		175.853.491,76	14,96%	152.975.874,67	-290,534%	-80.287.985,49	0,00%		
TOTAL		175.853.491,76	14,96%	152.975.874,67	-290,534%	-80.287.985,49	0,00%		

NOTA: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020  
A = O CÁLCULO DE DEPT. OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS ENTEPIDAS PELA STN. RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

OSMAR DO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRÉS LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021					
ANEXO DE METAS FISCAIS		METAS ANUAIS - DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
LRF, art. 4º, §2º, inciso III, da LRF		DEMONSTRATIVO 5			
RECEITAS REALIZADAS		2019	2018	2017	
		(A)	(B)	(C)	
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		0,00	0,00	0,00	113.600,00
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00	0,00	113.600,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS		2019	2018	2017	
		(D)	(E)	(F)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		0,00	0,00	0,00	113.600,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	113.600,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	113.600,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00
RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO		2019	2018	2017	
		(G) = ((IA-III)+(H))	(H) = ((IB-III)+(III))	(I) = ((IC-III))	
VALOR (III)		0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020

A = O CÁLCULO DE DOA/MA OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

OSMARILO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WALDES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ ALMEIDA OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021				
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
DEMONSTRATIVO 6				
LRP, art. 4º, §2º, inciso IV da LRF	RECEITAS		2019	
			2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)		16.198.060,14	12.961.349,37	18.309.591,46
RECEITAS CORRENTES		16.716.167,50	15.750.997,12	20.280.297,67
Receitas de Contribuições dos Segurados		9.024.434,88	9.111.901,60	9.256.678,12
Pessoal Civil		9.024.434,88	9.111.901,60	9.256.678,12
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais		7.688.031,41	6.639.095,52	11.023.619,55
Receitas de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		4.001,21	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		4.001,21	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-518.407,36	-2.789.647,75	-1.970.706,21
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (II)		10.887.591,25	12.401.328,03	12.591.719,46
RECEITAS CORRENTES		10.887.591,25	12.401.328,03	12.591.719,46
Receitas de Contribuições Patronal		10.887.591,25	12.401.328,03	12.591.719,46
Pessoal Civil		10.887.591,25	12.401.328,03	12.591.719,46
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)		27.085.651,39	25.362.677,40	30.901.310,92
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)		6.698.268,53	7.362.751,33	8.583.070,86
ADMINISTRAÇÃO		964.738,99	733.157,17	843.549,14
Despesas Correntes		887.976,14	732.357,17	826.010,14
Despesas de Capital		76.762,85	800,00	17.539,00
PREVIDÊNCIA		5.733.529,54	6.629.594,16	7.739.521,72
Pessoal Civil		5.733.529,54	6.629.594,16	7.739.521,72
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdências		0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)		6.698.268,53	7.362.751,33	8.583.070,86
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)		20.387.382,86	17.999.926,07	22.318.240,06

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		2017	2018	2019
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
PLANO FINANCEIRO				
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras		0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		92.276.731,34	110.234.533,54	132.617.218,93
BENS E DIREITOS DO RPPS		41.176.430,00	42.775.997,20	43.394.838,66
Notas: RELATÓRIO DO DIA 06 DE ABRIL DE 2020				
A = O CÁLCULO DE RPPS OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, JULGADAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA.				

OSMAR DO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAILDES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO NI DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA NI DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021									
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS - DEMONSTRATIVO DE ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA									
LRF, art. 4º, §2º, inciso V da LRF									
Tributo	Modalidade	Setores/Programas/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista				Demonstrativo 7		
			2021	2022	2023				Compensação
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
			0,00	0,00	0,00				0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00				0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTUA-ORGANIZADA) (IV)  
A = O CÁLCULO DE DEBITO QUE DEVEU A METODOLOGIA ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUNOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021		
ANEXO DE METAS FISCAIS	METAS ANUAIS - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
LRF, art. 4º, §2º, inciso V da LRF	DEMONSTRATIVO 8	
EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA	2021
AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA		29.839.768,71
(-) TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS		18.967.146,78
(-) TRANSFERÊNCIA AO FUNDEB		0,00
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)		10.872.621,93
REDUÇÃO PERMANENTE DE DESPESA (II)		0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)		10.872.621,93
SALDO UTILIZADO DE MARGEM BRUTA (IV)		0,00
IMPACTO DE NOVAS DOCC		0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (V) = (III - IV)		10.872.621,93
A = O CÁLCULO DE UMEDOCQ OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA STN, RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA		

OSMARTILDO ALVES DE SOUZA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAILES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSOMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

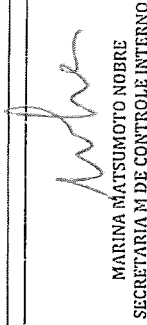
MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS 2021			
ANEXO DE RISCO FISCAIS - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
LRF, art. 4º, § 3º da LRF		DEMONSTRATIVO 1	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Assistências a epidemias	14.245.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Res Contingência ou Redução de Dotações	14.245.000,00
Intempéries	1.145.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Res Contingência ou Redução de Dotações	1.145.000,00
Ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço	850.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Res Contingência ou Redução de Dotações	850.000,00
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.567.702,47	Abertura de Créditos adicionais a partir da Res Contingência ou Redução de Dotações	1.567.702,47
	0,00		0,00
	0,00		0,00
	0,00		0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>17.807.702,47</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>17.807.702,47</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Frustração de Receita Ordinárias	1.000.000,00	Limitação de Empenho	1.000.000,00
Frustração de Receita Vinculadas	1.000.000,00	Limitação de Empenho	1.000.000,00
Processo de Sentenças Judiciais	1.000.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Res Contingência ou Redução de Dotações	1.000.000,00
	0,00		0,00
	0,00		0,00
	0,00		0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>20.807.702,47</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.807.702,47</b>

A = O CÁLCULO DE DREFF OBEDECEU A METODOLOGIA ESTABELECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, POR DAS PORTARIAS EXPLICADAS PELA STN, RELATIVAS AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

  
OSMARILDO ALVES DE SOUZA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

  
SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

  
MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	
ANEXO II METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	
LRF, art. 4º, § 3º da LRF	
CUSTEIO	
1	Amortização das parcelas do financiamento da dívida consolidada;
2	Manutenção Administrativa dos Poderes Executivo e Legislativo;
3	Aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários;
4	Serviços de manutenção e conservação dos equipamentos urbanos, limpeza urbana e trânsito;
5	Serviços de prevenção a enchentes e a acidentes em áreas de risco;
6	Apoio às ações de desenvolvimento fundiário e agrário;
7	Programas sociais com ênfase às áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte;
8	Garantia dos direitos humanos e cidadania
9	Programas sociais voltados ao atendimento da criança e do adolescente;
10	Promoção da atenção ao idoso;
11	Promoção na alimentação escolar;
INVESTIMENTOS	
1	Construção e reforma de escolas, creches, unidades de saúde, culturais, turísticas, esportivas e administrativas;
2	Aquisição de equipamentos para escolas, creches, unidades de saúde, turísticas, culturais, esportivas e administrativas;
3	Obras de infraestrutura viária e mobilidade urbana, incluindo pavimentação de ruas e avenidas e respectivas obras complementares;
4	Obras de recuperação de áreas degradadas;
5	Ampliação da rede de iluminação pública;
6	Revitalização e recuperação de equipamentos urbanos;
7	Implantação de áreas verdes;
8	Aquisição de equipamentos como máquinas pesadas, caminhões e veículos;
9	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município;
10	Construção, reforma e manutenção de espaços de convivência social.

OSMARILDO ALVES DE SOUSA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

WAIRES LEMES MARTINS  
GERÊNCIA CONTÁBIL

SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO M DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MARINA MATSUMOTO NOBRE  
SECRETARIA M DE CONTROLE INTERNO